
A GUERRA E A VIOLÊNCIA NA POLÍTICA EM CLAUSEWITZ

CLAUSEWITZ' WAR AND VIOLENCE IN POLITICS

PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-doutor em História do Direito pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Professor de Direito Internacional Público da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vice coordenador do PPGD, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, e-mail borgesmacedo@hotmail.com.

RESUMO

Objetivos: Este trabalho pretende demonstrar que a guerra faz parte da sociedade internacional, da sua natureza mesmo, ou, nas palavras de Carl von Clausewitz, a guerra é a “continuação da política por outros meios”. Se essa afirmação for aceita, não se pode conceber a guerra como algo alheio e, até mesmo, avesso à Política e ao Direito. Antes, ela integra o cotidiano das relações entre os Estados: uma medida que políticos e chefes de Estado utilizam com tanta naturalidade como outra qualquer; não raro, nem mesmo constitui a última *ratio*. Aqui, intenta provar-se duas teses: a da “naturalização” da guerra e a da sua instrumentalização.

Metodologia: Empregou-se uma metodologia indutiva. O autor foi estudado a partir de três fontes primárias: *A campanha de 1812 na Rússia*, *Princípios da Guerra* e a *magna opus* inacabada *Da Guerra*. A referência a alguns comentadores, sobretudo Raymond Aron, foi também necessária.

Resultados: Os conflitos armados não são uma “doença” que acometem os Estados, nem o resultado de uma mente insana, mas um dos instrumentos postos à disposição dos homens de governo, uma das formas pela qual se manifesta a Política. Sem dúvida que não se trata de uma forma qualquer, mas daquela que se vale de um meio bastante singular: a violência. Ainda assim, esta medida, por mais cruel que possa parecer, não significa a falência da Política e do Direito.

Contribuições: Clausewitz apresenta dois conceitos de guerra, o absoluto e o real, os quais demonstram o funcionamento da lógica e da tensão presente na essência da



sociedade internacional. Mas ele era um homem do contexto do equilíbrio europeu, portanto, não poderia advogar a tese da “guerra total”, como releituras posteriores — sobretudo a de Ludendorff — fizeram crer. O conceito de guerra absoluta de Clausewitz é distinto daquele de guerra total; este foi uma derivação imprópria. Por fim, o artigo estabelece uma genealogia do pensamento do autor até *O Príncipe* de Maquiavel. Esse percurso tem por objetivos demonstrar a relação estreita entre guerra e Política; no caso, entre a formulação clausewitziana de guerra e a teoria política de Maquiavel.

Palavras-chave: Clausewitz; violência estrutural; guerra absoluta; guerra real; Maquiavel.

ABSTRACT

Objective: This paper aims to demonstrate that war is part of the international society, its very own nature, or, according to Carl von Clausewitz, “war is the continuation of politics by other means”. Should this claim be accurate, one cannot place war outside or even averse to Politics and Law. It is rather a part of the everyday life of the international relations: a measure that politicians and heads of State employ so natural as any other; not seldom, it is not even the last resource. This work attempts to evidence two theses: the “naturalization” of war and its instrumentation.

Methodology: An inductive method of approach was employed. The author was studied from three primary sources: *The Russian Campaign of 1812*, *The Principles of War* and the unfinished *magna opus On War*. Reference to a few commentators, especially Raymond Aron, was also necessary.

Results: Armed conflicts are not a “disease” that affect the States, not the result of an insane mind, rather one of the instruments placed at the disposal of governmental officials, an expression of Politics. Indubitably, it is no ordinary expression, but that which deploys a quite unique means: violence. Yet, as cruel as it may seem, this measure does not entail the end of Politics and Law.

Contributions: Clausewitz introduces two concepts of war, the absolute and the real, which demonstrate the inner logic and tension within international society. But he is a man of the European balance of power and, hence, could not support the thesis of “total war”, as subsequent readings — especially that of Ludendorff — contended. Clausewitz’ concept of absolute war is different from that of total war; the latter was an improper derivation. Finally, this article also presents the close connections between Clausewitz and the *Prince* of Machiavelli. This course aims to display the close connection between war and Politics; in this case, between the Clausewitzian notion of war and Machiavelli’s political theory.

Keywords: Clausewitz; structural violence; absolute war; real war; Machiavelli.



1 INTRODUÇÃO: VIDA E EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA

Carl von Clausewitz nasceu em Burg, Mecklenburg, em 1780, e morreu vítima da epidemia de cólera de 1831 — epidemia essa que também levou Hegel e Gneisenau —, com apenas 51 anos. Era o terceiro filho de Friedrich Gabriel Clausewitz, de uma família oriunda da pequena burguesia. Aos onze anos, em 1792, seu pai o levou a Potsdam para ser alistado no exército prussiano.¹

Durante sua carreira militar, “Clausewitz participou três vezes de guerras: adolescente, em 1793-1795; depois brevemente em 1806, ano do desastre prussiano em Iena [e Auerstadt, onde foi preso]; finalmente, de maneira ininterrupta de 1812 a 1815, isto é, da campanha da Rússia até a queda definitiva de Napoleão” (CHALIAND, 1994, p. VIII). Cumpre salientar que, para combater Napoleão, Clausewitz alistou-se nas forças armadas russas, até mesmo contra seu país. Clausewitz decidiu que a melhor maneira de servir a Prússia — que tinha sido submetida pelos franceses, em vitória humilhante — seria desobedecer às ordens de seu soberano.² O general prussiano foi considerado desertor. Essa mácula, como será visto a seguir, mesmo após Waterloo, fez a carreira de Clausewitz sofrer com velhos ressentimentos.

Em 1801, conseguiu ser admitido na nova Escola de Guerra em Berlim. Lá, conheceu Scharnhorst, o diretor da escola e aclamado militar. A amizade dos dois perdurou até a morte deste, em 1817. Sempre que pôde, Scharnhorst o auxiliou:

Foi graças à sua influência que Clausewitz foi indicado como ajudante do Príncipe Augusto da Prússia, com quem tomou parte nas campanhas de Auerstadt e Iena, onde ele e o príncipe foram capturados pelos franceses. Libertado em 1808, Clausewitz voltou a trabalhar com Scharnhorst no Ministério da Guerra da Prússia, e logo se tornou líder de um pequeno grupo de oficiais, entusiásticos reformadores militares (e, conseqüentemente, reformadores políticos, embora vacilantes). (GALLIE, 1979, p. 47).

¹ Segundo o professor Gallie (1979, p. 47), Clausewitz foi atormentado por cinco anos, perante a família de sua esposa — von Bruhle —, até conseguir provar um título de nobreza bastante discutível.

² A campanha de 1812 na Rússia mereceu a atenção da pena do general prussiano e se tornou uma obra que é a fonte mais séria sobre essa campanha. “O que torna interessante a situação de Clausewitz no momento em que se decide unir à Rússia e a se colocar a serviço do czar para continuar lutando contra a hegemonia francesa é que, pela primeira vez na Europa, afora a Revolução Francesa, servir à Pátria torna-se mais importante que servir ao príncipe.” (CHALIAND, 1994, p. XIII).



Nessa época, foi escolhido para supervisionar a educação do Príncipe herdeiro; fruto dessa empreitada foi a obra *Princípios da Guerra*, um pequeno livro de conselhos militares para seu pupilo, mas que foi, durante muito tempo, considerado um resumo do *Da Guerra* — confusão essa sem sentido, pois o *Princípios* é anterior.³ Com esse trabalho, pôde casar-se com a Condessa von Bruhle, uma mulher um ano mais velha, que admirava o marido incondicionalmente, e em quem Clausewitz encontrou uma companheira fiel e grande divulgadora póstuma das suas obras.

Carl von Clausewitz não era o típico militar prussiano. Fisicamente, era um tipo mediano, de feições delicadas e cabelos castanhos. Era homem culturalmente refinado, de grande cultura geral — sobretudo de história. “Suas cartas demonstravam formação moral e intelectual de beleza condizente com a sua aparência.” (GALLIE, 1979, p. 46). Mostravam também um homem melancólico e afetivo, bastante apaixonado pela esposa.⁴

Mesmo tendo recebido o perdão, a deserção jamais foi esquecida. Em 9 de maio de 1818, foi nomeado comandante da Academia Militar, um cargo de menor importância. No dia 19 desse mês, foi promovido a general. Ele esteve à frente da instituição até 1830, quando se tornou inspetor de artilharia em Breslau. Em 6 de maio de 1831, Gneisenau fora destacado para combater a revolta polonesa e escolheu Clausewitz como chefe de comando. A espera pela glória em batalha não valeu à pena: no mesmo ano, ambos os amigos morrem de cólera. Segundo o médico, a morte de Clausewitz foi tão repentina que só pode ser atribuída mais a seu estado de nervos do que à doença (ARON, 1985, p. 31).

Clausewitz é profundamente influenciado por um gigante de sua época, Napoleão Bonaparte, a quem o autor denomina de o “deus da guerra”⁵. Clausewitz o combate, mas não coloca sua supremacia em questão. A admiração pela pessoa do corso genial é tão grande que, mesmo quando os rigores da sua crítica exigem, ele

³ Esta obra é de 1812 (CLAUSEWITZ, 1942).

⁴ Por outro lado, era também um homem capaz de fazer uma análise fria, com grande acuidade e sem sentimentalismos de figuras que desprezava, como a do general Phull — um dos três chefes do Estado-Maior prussiano quando do desastre de Iena e planejador militar do lado russo na campanha de 1812 (CLAUSEWITZ, 1994, p. 6-7).

⁵ Clausewitz não foi o único a nutrir profunda admiração por Napoleão. É preciso lembrar que o “espírito do seu tempo” também passou embaixo da janela de Hegel.



não consegue atacá-lo. São nas batalhas napoleônicas que Clausewitz se inspira para criar o conceito de “guerra absoluta” — o qual será posteriormente analisado.

A influência da Revolução faz sentir-se nas propostas de reforma do exército feitas por Clausewitz. Os regulamentos de 1812 — os quais foram considerados o ponto culminante dos esforços dos reformadores —, elaborados por Scharnhorst, Gneisenau, Yorck, Blücher e Clausewitz, entre outros, afora as ambições meramente técnicas, baseavam-se em três pontos: “a proposta de instituir a conscrição universal (a partir do modelo francês); a proposta de não mais reservar à aristocracia o acesso ao corpo de oficiais, e o abrandamento do sistema de disciplina em vigor, particularmente o fim dos castigos corporais” (CHALIAND, 1994, p. X).

Essas teses eram oriundas da observação. O grande fenômeno militar da época de Clausewitz, Napoleão, não se servira tão somente de sua genialidade; contava com um exército invencível, o exército nacional: uma *levée en masse* de soldados nacionais, com uma moral inabalável, cantarolando a Marselhesa.

De fato, as reformas levam em consideração a passagem político-social das guerras do século XVIII, disputadas por exércitos de profissionais reduzidos em número travando batalhas limitadas, às guerras do século XIX, baseadas nos recrutamentos em massa, expressão do Estado-Nação, com confrontos destruidores (CHALIAND, 1994, p. X).

Essa diferença permitiu ao Estado francês sustentar guerras com todo o restante da Europa e, ainda assim, vencê-las.

Quanto à tese de “democratização da guerra”, Clausewitz e seu grupo basearam-se na derrota prussiana para Napoleão, em 1811, quando Frederico Guilherme se recusou a entregar armas para o povo, com medo de uma insurreição. Ademais, essa reforma militar representa um aprofundamento das reformas civis empreendidas pelo Barão von Stein — o qual, entre 1807 e 1808, suprimiu a servidão (CHALIAND, 1994, p. XI).

Durante o tempo em que foi diretor administrativo da Escola de Guerra, Clausewitz pôde dedicar-se ao *Da Guerra*. Esta obra — doravante denominada de *Tratado*, como Raymond Aron (1985, p. 12) o fez em razão da sua importância para o



tema da guerra⁶ — consiste de oito livros e encontra-se incompleta. Após sua súbita morte, os seus escritos sobre a teoria da guerra foram encontrados por sua esposa em envelopes lacrados com três notas redigidas em períodos distintos.⁷ A segunda nota contém um aviso: “Se uma morte precoce devesse interromper este trabalho, o material existente só poderia sem dúvida ser considerado um amálgama de ideias informes expostas a incessantes mal-entendidos” (CLAUSEWITZ, 1996, Nota II, p. XCII). Provavelmente, o autor tencionava escrever para um público militar, mas, no decorrer do caminho, quando revisou o capítulo I do livro I, teve sua grande inspiração: “a guerra como continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 27). Essa fórmula obrigou-o a rever seu destinatário, bem como seus escritos. Na terceira nota encontrada, Clausewitz afirma que o único texto acabado é o I capítulo do livro I — embora nos seis primeiros livros, o leitor deve encontrar “(...) talvez as principais ideias que poderão implicar uma revolução desta teoria [da guerra]” (CLAUSEWITZ, 1996, Nota II, p. XCII).⁸

A questão que se instaurou foi a seguinte: sabe-se que Clausewitz pretendia rever seu trabalho, mas faleceu antes de concluir a empreitada. As informações contidas nas notas — uma vez que não se sabe quando depois de 10 de julho de 1827 foi redigida a última nota — não permitem desvelar o quanto Clausewitz já revisou antes de seu falecimento. Só se sabe que o I capítulo do livro I está concluído; se ele terminou de rever mais algum texto é um fato envolto em mistério. Assim, resta um problema: quais as ideias que se pode extrair do tratado que representam a última expressão do autor? Essa pergunta é de suma importância, pois o autor desenvolve dois conceitos de guerra — a guerra real e a guerra absoluta — que parecem não se harmonizar, como será visto a seguir.

⁶ A importância de Clausewitz para a teoria da guerra é inestimável: o “*Da Guerra* é considerado muito justamente um clássico entre outras obras que desenvolvem filosofias de assinalado relevo e das quais podemos citar o *Novum Organum* (uma filosofia da ciência); *O Príncipe*, de Maquiavel (uma filosofia da política); o *Leviatã*, de Hobbes (uma filosofia da sociedade); *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Hume (uma filosofia do conhecimento); *A riqueza das nações*, de Adam Smith (uma filosofia da economia); *O capital*, de Marx (uma filosofia da economia e da sociedade)” (RAPOPORT, 1996, p. XI).

⁷ Apenas a segunda nota está datada: 10 de julho de 1827.

⁸ Os dois livros restantes resumem-se a pouco mais do que uma coleção de notas.



Antes de pretender responder a essa indagação, faz-se necessário responder outra: a natureza da revisão de Clausewitz seria tal que poderia alterar a essência da primeira versão do Tratado? Se a resposta for negativa, os textos não revistos do Tratado não iriam modificar a mensagem; a revisão tornar-se-ia um cuidado de um autor caprichoso, mas as ideias centrais já estariam lá presentes.

Todavia, a resposta parece ser afirmativa. Clausewitz não era daqueles homens de apenas uma contribuição e que condensam todas as suas ideias essa única vez. A diferença entre o *Tratado* e o *Princípios* permite comprovar a asserção. Todos os temas deste, a necessidade de total determinação na guerra, a definição de estratégia, a distinção entre guerra defensiva e guerra ofensiva, a fricção (CLAUSEWITZ, 1942, p. 7, 19, 23 e 27), encontram-se também naquele, só que melhor sistematizados. Isso inclusive levou a se confundir o *Princípios* com uma obra que teria condensado o *Tratado*, assertiva essa que já foi contestada. Contudo, a fórmula é desenvolvida apenas no *Tratado*; se estivesse presente no *Princípios*, iria destoar do conjunto.⁹

Dessa feita, a ideia de que a guerra é instrumental à Política só surge posteriormente no pensamento de Clausewitz. Isso induz a concluir que, muito provavelmente, a revisão que Clausewitz pretendia promover seria a de coadunar a temática dos livros II a VIII (a teoria da guerra, a estratégia, o recontro, as forças militares, a defesa e o ataque) com a fórmula. Assim, esta pesquisa irá adotar, para selecionar somente os enunciados do *Tratado* que teriam sido revisados, a estratégia de analisar os demais textos à luz do capítulo I do livro I, o único que o próprio autor considerou completo.¹⁰ Além dessa estratégia (que pressupõe o emprego das fontes primárias do autor já referidas), utilizou-se o método indutivo para extrair as conclusões.

⁹ Na própria nota II, Clausewitz revela que o intento de sua revisão é primeiro o de pôr em relevo os dois gêneros de guerra e segundo “além dessa diferença de fato será preciso sublinhar expressamente e exatamente a opinião também tão necessária na prática segundo a qual a guerra não é *outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios.*” (CLAUSEWITZ, 1996, Nota II, p. XCI. Grifo no original).

¹⁰ Esta estratégia também é proposta por Raymond Aron (1985, p. 61), o que lhe permite desvelar aspectos muito sutis do pensamento de Clausewitz. Este artigo acredita que a insistência nessa metodologia pode render ainda mais frutos.



2 GUERRA ABSOLUTA E GUERRA REAL

Clausewitz (1996, I, I, p. 7) principia com a seguinte definição: “A guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” Nessa afirmativa, encontram-se o elemento “violência” e a ideia de que a guerra representa um meio a serviço de um fim. A violência torna-se o meio segundo o qual a guerra se serve para atingir o seu fim, uma decisão política: a submissão do adversário à nossa vontade.

A fim de ilustrar esse conceito, Clausewitz vale-se da imagem de dois combatentes num duelo. “A guerra nada mais é do que um duelo em escala mais vasta.”¹¹ Cada qual procura, por meio da força física, reduzir o outro à submissão de sua vontade. Para forçá-lo a cumprir a nossa vontade, o fim natural do duelo é abater o adversário, deixá-lo incapaz de resistência. “Para se atingir com total segurança este fim [impor nossa vontade], tem de se desarmar o inimigo, sendo este desarmamento, por definição, o objetivo propriamente dito das operações de guerra.” (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 7-8).

Assim, apesar de admitir, em tese, a pluralidade de fins que a guerra se propõe, no fundo, haveria apenas um só fim: desarmar, abater, incapacitar o inimigo. Isso não se coadunaria com a fórmula; a guerra como instrumento da Política não pode destruir a própria Política. O pós-guerra, que é um cenário construído por decisões políticas, não poderia persistir com a destruição do inimigo.¹² A Política pressupõe interação (de modo pacífico ou não) de vontades não convergentes. A situação de império universal na sociedade internacional seria apolítica.

A concepção de que a guerra deve abater o adversário não é uma afirmação isolada que destoa do resto da obra. Gallie (1979, p. 57) teve a ideia de, no mesmo

¹¹ Cumpre salientar que, conforme as noções que Rapoport (1980, p. 14) fornece de jogo e de luta, a guerra, ilustrada pela imagem de um duelo, aproxima-se mais do jogo. Na luta, o adversário é um estorvo que não deveria existir e precisa ser eliminado. No jogo, os oponentes cooperam, segundo as regras desse mesmo jogo. O adversário, neste último, é essencial. A guerra seria um jogo que corre sempre o risco de se transformar em uma luta, pois o elemento de violência permite aniquilar o adversário. Note-se que a concepção de guerra como um jogo se encontra bastante presente nas guerras do século XIX.

¹² Por essa razão, como será visto a seguir, o conceito de guerra absoluta não se confunde com o de guerra total.



capítulo I, relacionar cinco afirmações que comprovam a guerra como um instrumento da Política e cinco outras que atestam que a guerra busca a destruição da capacidade de resistência do inimigo, o que se chamou de “guerra absoluta”. Clausewitz, de fato, reproduz essa ambivalência.

A guerra como instrumento da Política:

1. “A guerra é um ato político... e também um eficiente instrumento político, uma continuação do intercâmbio político e uma forma diferente de executá-lo.” 2. “Em nenhuma circunstância a guerra pode ser considerada uma coisa independente... A política está intimamente ligada a todo o desenrolar da guerra e exerce contínua influência sobre ela ...” 3. “O caráter das guerras deve diferir, de acordo com os motivos e as circunstâncias que as provocaram.” 4. “O primeiro mais importante e decisivo ato de um estadista ou general é compreender o tipo de guerra no qual está entrando, não a confundir com coisa diversa, em desejar que seja algo que tenha possibilidade de ser.” 5. “A guerra... é uma trindade maravilhosa, composta da violência original de seus elementos, do jogo das probabilidades e da sorte (o que a torna uma atividade livre do espírito), e de sua natureza secundária de instrumento político (o que a coloca no domínio da Razão...)”

A seguir, a concepção de guerra absoluta:

1. “A guerra é um ato de violência, com a finalidade de fazer nosso oponente obedecer nossa vontade.” 2. “Em seu ‘elemento’ (ou essência) a guerra não passa de um grande duelo, no qual cada lutador tenta derrubar o adversário e assim deixá-lo incapaz de resistir” 3. “Como o uso da violência física não exclui o uso da inteligência, a pessoa que usa a força sem limites... descobre que leva vantagem sobre aquele que a usa com menos vigor.” 4. “Além disso, como na guerra cada facção tenta dominar a outra, há uma ação recíproca que pode levar ao extremo.” 5. Por esta razão, “o desarmamento ou destruição do inimigo... ou a ameaça disto... deve ser sempre o objetivo da guerra”.

Como coadunar esses dois conceitos de guerra?

De fato, numa guerra, cada Estado contendor deseja subjugar o outro, mas isso é uma consideração meramente militar, e a guerra possui uma natureza política. Afirmar que o fato de reduzir o adversário à incapacidade de resistência seja o único objetivo de uma guerra significa negligenciar o pré e o pós-guerra e perder de vista a razão de ser do conflito. A guerra não representa um surto de irracionalidade: a



decisão de fazer uma guerra é fruto de uma ponderação de cálculo utilitário.¹³ Os homens não estão fora de seu juízo, ainda que movidos pelas paixões.¹⁴ Ela é um dos instrumentos postos à disposição do Estado para realizar seus interesses. Segundo o próprio Clausewitz (1996, I, I, p. 26):

(...) a guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e do risco, tampouco a obra de um entusiasmo desenfreado: é um meio para alcançar um fim sério. Todo o prestígio cintilante do êxito que a guerra ostenta, todos os estremecimentos de paixão e de coragem, de imaginação e de entusiasmo que comporta não são mais do que as particularidades desse meio.

Na verdade, não há incongruência entre os dois grupos de afirmações. Aron (1985, p. 59) distingue os objetivos “da” guerra, essencialmente políticos, dos objetivos “na” guerra, primariamente militares. O fim da guerra revela-se de natureza política, mas, para atingir esse fim, a política precisa valer-se dos meios militares, e o objetivo militar, por excelência, é a destruição da capacidade ofensiva do inimigo.

A Política continua senhora das determinações presentes numa guerra; é claro, todavia, que não se trata de uma senhora despótica, e leva em consideração as circunstâncias históricas — as quais vão condicionar a diversidade de guerras. Os políticos não podem esquecer-se, a fim de atingir os interesses nacionais, entre outros fatores, da capacidade militar dos Estados envolvidos, dos recursos materiais e econômicos para o conflito e, até mesmo, da força moral dos envolvidos. Assim, Frederico, o Grande — outro ídolo de Clausewitz —, não podia, em 1757, enfrentar os austríacos de igual para igual e teve de usar manobras evasivas até cansar o inimigo. Portanto, ficou impossibilitado de empregar os dois princípios básicos da estratégia formulados por Clausewitz (1996, VIII, VIII, p. 887): concentrar o ataque tanto quanto possível e agir depressa.

¹³ Ainda que o próprio Clausewitz se insurja com a concepção de que a guerra não possa ser reduzida a um cálculo de custo e benefício. Contudo, é preciso contextualizar essa afirmação do autor: trata-se de uma réplica a um argumento pacifista de von Büllow. Segundo este, as modernas batalhas (as do século XIX) não conseguiriam vitórias tão decisivas como as dos gregos e dos romanos e durariam tempo demais. Então, Büllow se interroga, por que se valer de um expediente tão pouco eficaz? (ARON, 1985, p. 47).

¹⁴ É interessante observar que a razão não se contrapõe, para Clausewitz, às paixões, como em Thomas Hobbes. Ao contrário, estas podem estar a serviço daquela.



No entanto, como o objetivo militar pode tornar-se tão radical a ponto de demandar a redução do adversário à incapacidade? Porque não pode haver moderação na guerra.

As almas filantrópicas poderiam então facilmente julgar que existe uma maneira artificial de desarmar e derrotar o adversário sem verter demasiado sangue, e que é para isso que tende a verdadeira arte da guerra. Por mais desejável que isso pareça, é um erro que é preciso eliminar. Num assunto tão perigoso como é a guerra, os erros devido à bondade da alma são precisamente a pior das coisas (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 9).

Numa guerra, cada parte vai procurar anular a pressão exercida pela outra, com outra pressão igual ou maior em sentido contrário. A essa *démarche*, Clausewitz chama de “ação recíproca”¹⁵. Existem três ações recíprocas. A guerra constitui uma forma de resolução de conflitos, na ausência de um procedimento aceito por ambos os contendores. Cada Estado legitima seus interesses como se estes fossem a sua própria lei e, assim, acaba por esbarrar na pretensão do outro. Dessa feita, a primeira ação recíproca deve ser a de destruir a pretensão do outro, apresentada por ele como verdadeiro direito (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 10).

O fim político representa, para o Estado que o realiza, a consecução do interesse nacional; entretanto, para o Estado que o sofre, torna-se um infortúnio. Para que a guerra cumpra sua razão de ser, para “que o adversário se submeta à nossa vontade, é preciso colocá-lo numa situação [ainda] mais desfavorável do que o sacrifício que lhe exigimos” (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 10). A guerra deve constituir-se em um ônus ainda maior do que o infortúnio. Ressalta o autor que essa desvantagem não pode ser transitória; caso contrário, o adversário iria não ceder, na esperança de, com o tempo, sobrevir uma mudança mais favorável de cenário. Desta feita, o prosseguimento na guerra deve representar um prejuízo cada vez maior para o inimigo. O problema é que ambas as partes realizam esse mesmo raciocínio, e, portanto, a destruição crescente, a escalada da violência, constitui a segunda ação recíproca (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 11).

¹⁵ É também chamado de princípio da polaridade.



Com o intuito de vencer o adversário, deve calcular-se as suas forças e capacidade de resistência (a qual é fruto da extensão dos meios militares de que dispõe e da firmeza de sua vontade) e coordenar o próprio esforço de modo a excedê-los. Mas todos os Estados em conflito fazem isso, do qual resulta que a corrida armamentista corresponde à terceira ação recíproca (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 11).

Assim, quando se entra (ou quando se encontra na iminência de entrar) em guerra, a manutenção do que já se tem, uma política de *status quo*, um empate, apresenta-se como uma impossibilidade: ou se ganha, ou se perde. O impulso aos extremos (proveniente das ações recíprocas) obriga, de uma forma quase que natural, ao desarmamento do inimigo. Essa é a concepção de guerra absoluta: o processo de escalada de forças, oriundo das ações recíprocas. Não se trata de uma espécie diferente de guerra que se intensificou em razão de uma *hybris*, uma desmedida das paixões dos combatentes e/ou chefes de Estado. A guerra absoluta é a própria guerra entregue à sua lógica interna.¹⁶

A guerra absoluta constitui uma inevitabilidade? Se a resposta for afirmativa, então os Estados entrariam em guerra para atingir seus objetivos políticos — bastante definidos e limitados —, mas em virtude da escalada aos extremos ver-se-iam coagidos a buscar a destruição da capacidade ofensiva do adversário. Uma conjuntura dessas produziria um sistema de política internacional deveras instável — que só atingiria equilíbrio em situação de império universal —, no qual aqueles

¹⁶ No prefácio ao *Da Guerra*, Rapoport sugere que o conceito de guerra absoluta seria uma ideia da razão, fruto das leituras que Clausewitz fez de Kant na Academia de Berlim. Aron (1985, p. 231) discorda e salienta que Clausewitz tinha a pretensão de ser menos um filósofo do que um escritor militar: “*This would never have been doubted had not obsessions with Kantianism introduced the erroneous, even absurd, idea of a relationship between absolute war and Ding an sich, in which real wars were to become a phenomenal manifestation of war an sich. Absolute war is a device, a mental construction, which has nothing in common with Kant’s Ding an sich, something that may be thought about but cannot be known. The initial duel of two warriors is not to be projected through time and space in the way that the Ding an sich is projected through the forms of sense-perception as they affect consciousness. The process is simply a closer and closer approach to experienced or perceived reality, as the initially poor model becomes gradually more complex.*”

Cumpra salientar que Clausewitz é um homem do final do século XVIII, não do século XIX. Ele ainda se encontra entusiasmado com a Ciência e procura construir modelos explicativos, como os da Física de “vácuo absoluto” e “condições ideais de temperatura e pressão”, que, em realidade não existem, mas servem para comprovar hipóteses e simplificar os cálculos. Aliás, a aproximação das ideias de Clausewitz com os institutos da Física pode ser sugerido pela comparação do conceito de “fricção” — que será visto a seguir — com o “atrito”. Ambos possuem a mesma função: explicar porque as predições da teoria sofrem um desvio na prática.



objetivos políticos cederiam espaço à destruição sem propósito, fato que resultaria num cenário apolítico, pois a guerra perderia a sua função de implementar interesse.

Clausewitz é categórico: não. “O próprio Clausewitz, se considera a destruição das forças inimigas como o objetivo natural da batalha, não ignora os outros objetivos possíveis, como por exemplo o simples enfraquecimento.” (ARON, 1986b, p. 47). Além de admitir a existência de guerras limitadas — as quais inclusive constituem a regra¹⁷ —, a noção de “fatalidade” atentaria contra o espírito antidogmático do autor. Ele caracteriza a guerra como um todo composto por três elementos: “a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política” (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 30).¹⁸

Assim, a guerra, além de constituir uma forma *violenta* de solução de controvérsias *políticas*, apresenta-se também como uma construção humana, um dado cultural. Como tal, a guerra não se encontra sujeita à lei da causalidade, mas da liberdade. Aquilo que em cálculos de gabinete poderia ser previsto, na prática é desviado pelo acaso. “A guerra é o domínio do acaso. Nenhuma outra esfera da

¹⁷ As guerras do *Ancien Régime* eram bastante limitadas por um código de honra entre oficiais. O fato de que a formação de um oficial pressupunha muito tempo e capital influenciou para que os oficiais prisioneiros não fossem mortos. Nenhum Estado ousava descumprir essa prática para que a reciprocidade se mantivesse. Esta e outras prescrições para a moderação na guerra foram construídas. Mesmo as guerras revolucionárias e as napoleônicas conheciam alguma limitação.

“*At the outset of the Revolutionary Wars the enlightened French government stated its intent to wage war in a lawful, civilized manner. The National Assembly declared war in defense of the principles of justice and humanity and undertook to conduct hostilities with restraint toward civilians and promises of humane treatment for prisoners. Indeed, during the first year of war, 1792-93, armies observed most of the customs of limited war.*” E, adiante: “*In 1796, for example, when General Marceau of the Army of the Sambre et Meuse had to be left behind fatally wounded to the Austrians, Archduke Charles sent his own surgeon to attend him and Marceau’s funeral became an occasion for both armies, French and Austrian cannons joining in a final salute. The next year, when Mantua surrendered after a six-month siege, Napoleon refused to accept Marshal Wurmser’s sword and openly praised his courage. In fact, Napoleon made it a practice to observe the rules of honor of the previous era and his generals followed suit; Marshal Sout, for example, raised a monument to Sir John Moore at La Coruña in 1809.*” (ROTHENBERG, 1994, p. 87 e 89).

¹⁸ Cumpre salientar que, ao se aceitar o fato de que a guerra é “a continuação da política por outros meios” significa que tanto a Política permanece em tempos de guerra, como a guerra representa um dos meios, ao lado da diplomacia e do comércio, que a aquela se serve para implementar seus objetivos. A primeira acepção era um lugar comum à época das guerras limitadas, quando viveu Clausewitz. Este trabalho procura demonstrar uma segunda acepção de que a guerra e a Política se encontram em uma relação de meio e fim respectivamente.



atividade humana deixa tanta margem a este desconhecido, pois nenhuma se encontra, sob todos os pontos de vista, em contato tão permanente com ele. Em todas as circunstâncias ele acentua a incerteza e entrava o curso dos acontecimentos.” (CLAUSEWITZ, 1996, I, III, p. 52). Por isso, mais do que em qualquer outra empreitada, é preciso contar com a inteligência do comandante.¹⁹

Ademais, Clausewitz (1996, I, I, p. 12-13) reconhece que a guerra absoluta só existe como abstração. Ela só poderia ocorrer se:

1) a guerra fosse um ato completamente isolado, que surgisse bruscamente e sem conexão com a vida anterior do Estado; 2) se ela consistisse numa decisão única ou em várias decisões simultâneas; 3) se ela envolvesse uma decisão completa em si própria e se não tivesse considerado a situação política que dela deve resultar e reagir sobre ela.

A guerra não constitui um ato isolado, porque os dois antagonistas não são pessoas abstratas um para o outro. A história registra uma série de intercâmbios e decisões anteriores ao conflito. Isso significa que os dois Estados, agora adversários, podem ter tido ou ainda ter interesses convergentes. Por essa razão, Otto von Bismarck, um dos políticos mais bem sucedidos na arte da política de potência, após derrotar a Áustria, prefere não humilhar o inimigo vencido; antes, celebra um tratado de paz, em 1873 (JOLL, 1990, p. 26).

Se a guerra também dependesse de um só instante — ou de uma só decisão que desencadeasse uma série de instantes como causa e efeito —, pareceria lógico que fosse levada ao extremo; afinal, um momento perdido jamais retorna. Mas isso não ocorre assim. Foi visto que Clausewitz classifica a guerra como uma manifestação cultural e, portanto, não se encontra totalmente submetida à lei da causalidade. Por essa razão, as decisões numa guerra nunca poderiam ser todas elaboradas e pré-concebidas em gabinete. Ademais, como será analisado a seguir, a “fricção” obstrui o desenrolar racional dos acontecimentos.

Por último, a decisão final de qualquer guerra nem sempre deve ser considerada como um caso absoluto; muitas vezes o Estado vencido vê na

¹⁹ A seguir, Clausewitz enaltece tanto o “verdadeiro” chefe militar que deixaria um pacifista aturdido.



sua derrota um mal transitório, a que as circunstâncias políticas ulteriores poderão fornecer um remédio. É evidente que isso também atenua grandemente a violência da tensão e a intensidade do esforço (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 15).

A guerra não ocorre num limbo, mas no cotidiano da sociedade internacional. Ela pode ser a ação mais extrema; entretanto, não é a única. Um Estado, graças ao seu tamanho, recursos e população, pode reverter o ônus político que a derrota numa guerra lhe impôs. Poder-se-ia até conceber um caso-limite, em que o esforço empregado para vencer a guerra não compense em relação ao objetivo político que se deseja com a própria. Essa situação é apresentada pelo próprio Clausewitz, fato bastante inusitado para quem crê, como *sir* Basil Liddell Hart, que o general prussiano seria o “*Mahdi*”²⁰ das massas e dos massacres mútuos: “desde que os dispêndios de força se tornem tão grandes que já não correspondam ao valor do objetivo político, é necessário abandonar esse objetivo e assinar a paz.” (CLAUSEWITZ, 1996, I, II, p. 34).

A guerra, segundo o autor, mostra-se como um dos meios à disposição do Estado para a consecução dos seus fins políticos, mas não o único. Enquanto realidade instrumental, a guerra precisa encontrar-se adequada ao fim. Nem sempre, os Estados perseguem objetivos essencialmente militares, como a conquista. “Outras vezes o objetivo político não é de natureza a constituir o objetivo da ação militar; neste caso, é preciso escolher um que possa servir de equivalente e servir-se dele na hora da chegada da paz” (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 17). Por essa razão, os fins políticos podem impedir essa escalada aos extremos. “A verdade é que ela [a guerra] tem a sua própria gramática, mas não a sua própria lógica.” (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, VI, p. 870).

Nesse ponto, Clausewitz (1996, I, I, p. 26) se afasta de qualquer apologia à violência:

A guerra de uma comunidade — de nações inteiras e, particularmente, de nações civilizadas — surge sempre de uma situação política e só resulta de um motivo político. Aí está por que a guerra é um ato político. Todavia, se

²⁰ *Mahdi* é o nome dado ao enviado de Alá que deve completar a obra de Maomé com o fim dos tempos.



fosse um ato completamente autônomo, uma manifestação de violência absoluta, tal como se poderia concluir de seu puro conceito, a guerra tomaria o lugar da política, a partir do instante em que fosse provocada por esta, eliminá-la-ia e seguiria suas próprias leis como uma coisa inteiramente independente, tal como um projétil que, uma vez lançado, já não pode ser orientado numa direção diferente daquela que lhe foi imprimida por uma pontaria prévia.

Então, o leitor pode indagar-se: qual a utilidade de um conceito como “guerra absoluta” se ele não existe na prática? A guerra absoluta revela-se como a própria guerra quando entregue às suas leis internas. Trata-se de uma construção mental, feita primeiro para simplificar e auxiliar na compreensão do fenômeno, e depois para ser sofisticada com a adição de alguns dos elementos da realidade. Clausewitz dedica uma parte bastante representativa da obra para considerações epistemológicas e mostra-se ciente de que o real é complexo demais para ser inteiramente apreendido.²¹

Todavia, e se o próprio objetivo político for o objetivo militar? E se o fim da guerra coincidir com o fim na guerra? A impotência do inimigo, ela mesma, pode consistir num fim político, e isso não causa estranheza à sociedade internacional. “Se a guerra diz respeito à política, ela adotará naturalmente o seu caráter. Se a política é grandiosa e poderosa a guerra sê-lo-á também, e poderá mesmo atingir o cume onde ela ganha a sua forma absoluta.” (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, VI, p. 871). Quando o fim político for “glorioso”, “a condução da guerra coincide com a política e o general torna-se ao mesmo tempo homem de Estado” (CLAUSEWITZ, 1996, I, III, p. 70).

A escolha dessas palavras não é fruto do acaso. O grande acontecimento militar na época de Clausewitz foi Napoleão Bonaparte, a quem ele denomina de “o próprio Deus da Guerra” (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, III, p. 835). A “democratização” da guerra, ou o que o autor concebe como a passagem de uma guerra de elite para uma guerra do povo, o exército de cidadãos, estava a serviço de um general audacioso e genial e, ao mesmo tempo, um político expansionista. Bonaparte não conhecia limites para a sua imaginação e não impôs às suas guerras qualquer moderação:

²¹ Isso se encontra no Livro II do Tratado. “Guerra absoluta” é um modelo que todo general deve guardar sempre em mente, pois demonstra como a condução da guerra ocorre em teoria. Ademais, como será visto logo abaixo, a guerra real pode mesmo aproximar-se de seu conceito absoluto.



Desde o tempo de Bonaparte, a guerra, depois de ter voltado a ser, primeiro de um lado, depois do outro, uma questão da **nação inteira**, revelara uma natureza totalmente nova, ou melhor, aproximara-se mais da sua verdadeira natureza, da sua absoluta perfeição. Os meios que se empregaram não tinham *limites visíveis*; o limite perdia-se na energia e no entusiasmo dos governos e dos seus súditos (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, III, p. 849. Grifo nosso).

A participação do povo na guerra e um comandante audaz — que seja, ao mesmo tempo, militar e político —, permitiram a escalada aos extremos e aproximaram a guerra real do seu conceito absoluto. A política grandiosa é aquela concebida sem moderação, e que assim pode tornar o seu instrumento (a guerra) também grandioso. Deve-se atentar para o fato de que a guerra real, até mesmo quando se aproxima da guerra abstrata e absoluta, não deixa de estar subordinada à Política. A escalada aos extremos é possível, porque a Política torna-se igualmente radical. O meio é absoluto, porque o fim é absoluto.

Ainda que a Política se revele grandiosa, cumpre salientar que aquilo que se procura com a guerra, por mais paradoxal que pareça, é a paz; contudo, não uma paz qualquer, mas uma certa paz, em que o cenário político seja mais favorável ao próprio Estado. Até mesmo Hitler, pelo menos no plano do discurso, advogava a paz e lamentava que as democracias estivessem “empurrando” a Alemanha para o conflito (NYE JR, 1997, p. 85).²² A destruição em si que a guerra provoca não é enaltecida, o que se valoriza é a oportunidade que ela cria para a realização de um determinado propósito político.

Assim, se for possível distinguir os tipos de paz, o mesmo poderá ocorrer com as espécies de guerra e, se o autor estiver correto, por essa via também se encontrará a dualidade guerra real ou limitada e guerra absoluta e sem freios. Pelo prisma político, a paz ou pode ser negociada, ou pode ser imposta. Será negociada quando se utiliza das conquistas de território e da possibilidade de maior destruição como moeda de barganha (para atingir o fim político previamente determinado). E será imposta quando o Estado vencedor impinge ao inimigo prostrado qualquer condição (inclusive aquele fim político). Parafraseando uma analogia do próprio autor, se a guerra for um duelo,

²² Aliás, o chanceler britânico Chamberlain e os conservadores franceses que, após 1936, “preferiam Hitler a Blum”, também acreditaram nessa fábula.



uma luta de boxe, a diferença reside entre uma vitória por pontos e outra por nocaute. A paz negociada corresponderia a uma guerra limitada, e a paz imposta a uma guerra absoluta (ARON, 1985, p. 57).

A diferença entre os dois gêneros de paz não é tamanha que venha a alterar a sua natureza política. Trata-se tão somente de uma consideração pragmática, que calcula o retorno e os custos: “a paz negociada é, frequentemente, concluída porque aquele que poderia, em último caso, vencer, julga que ‘não vale a pena ao esforço’, que estes esforços custariam mais caro do que o proveito em esperar uma paz ditada” (ARON, 1986b, p. 51).

O problema, contudo, em fixar a atenção no tipo de paz e não no tipo de guerra reside no fato de que a correspondência entre ambas as classificações é possível somente *ex post*. Pode pretender-se uma guerra limitada, mas obter-se uma paz imposta. Bismarck, v.g., não desejava eliminar o país, nem a dinastia dos Habsburgos, apesar de colocar o Império Austro-Húngaro à margem do processo de unificação germânica; a guerra não impediu que se forjasse uma duradoura aliança após 1866. Ainda que os objetivos fossem limitados, a Prússia sozinha definiu os termos da paz.²³

Por que essa indefinição, essa não correspondência, ocorre? Porque a Política pode, de antemão, fixar os objetivos, mas não pode prever, com precisão, o desfecho do conflito. A analogia da luta de boxe ainda pode suscitar mais algumas reflexões:

Consideremos uma luta de boxe comum. É bem possível que cada lutador comece com um plano claro e definido em mente: vencer por pontos ou nocaute e, depois de algumas manobras preliminares, começa a agir de acordo com seu lado. Mas é claro que um contendor que começa com um plano em mente pode ser levado pela oportunidade, pelo desespero em face de uma resistência inesperada, ou pelo ardor crescente da luta, a mudar seu método de ação no decorrer da contenda. A ameaça de certos reveses pode levá-lo a frenéticos esforços para obter um nocaute, ou a impossibilidade de obter um nocaute pode levá-lo a lutar por uma simples vitória, empate, ou até mesmo derrota honrosa por pontos. Assim, toda a luta, e não somente a guerra, contém em si mesma o embrião ou possibilidade de qualquer tipo de resultado; e a natureza do resultado, assim como o provável vitorioso, pode permanecer uma incógnita até o fim da contenda (GALLIE, 1979, p. 65-66).

²³ A desintegração do Império Habsburgo em fragmentos nacionais “não levaria apenas, como bem sabia Bismarck, à ruína do sistema de Estados da Europa central e oriental, como destruiria também a base de uma ‘pequena Alemanha’ dominada pela Prússia” (HOBSBAWN, 1988. p. 432).



Por essa razão, todo general deve conhecer a dinâmica da guerra absoluta. A política é senhora da guerra, mas não se trata de uma senhora despótica e cruel. Vale a repetição: os políticos não podem olvidar, a fim de atingir os interesses nacionais, entre outros fatores, da capacidade militar dos Estados envolvidos, dos recursos materiais e econômicos para o conflito e, até mesmo, da força moral dos envolvidos; enfim, do que se convencionar denominar de “recursos de poder”.

3 GUERRA ABSOLUTA E GUERRA TOTAL

Quando se estuda Clausewitz, faz-se necessária uma menção ao conceito de “guerra total”. Para muitos autores, como Anatol Rapoport (1996, p. LXVII) — o prefaciador da edição mais divulgada do *Tratado* —, guerra total corresponderia à atualização do conceito da guerra absoluta. Clausewitz seria, portanto, o mentor intelectual desse monstro. Todavia, ainda que em alguns trechos o autor possa induzir a aproximação dessas duas categorias, o espírito geral do livro contraria essa expectativa. O presente item não busca isentar o autor das consequências e derivações de sua obra, porém intenta provar que, mesmo quando as paixões se inflamam, a guerra permanece como um instrumento da Política e não pode jamais transcendê-la.

Como foi visto, Clausewitz não conseguiu terminar de revisar o *Tratado*, e essa revisão iria ajustar a obra para a fórmula. De fato, a ideia da “guerra como continuação da política por outros meios” não foi algo que sempre existiu no pensamento do general prussiano. Nos seus primeiros escritos, a sua concepção de guerra se aproximava mais do conceito absoluto. Gallie (1979, p. 57-58) traça uma interessante evolução das concepções de guerra de Clausewitz, a qual passa por quatro estádios.

A primeira, datada de 1804 (época de seu ensaio *Estratégia*), afirma que, sendo a destruição (ou impotência) do inimigo [...] o único objetivo possível da guerra, quaisquer considerações políticas que atuassem como freio a esse objetivo deveriam, por definição, impedir uma ação militar eficaz. A segunda



posição é mais moderada: todo comandante deve levar em consideração *tanto* o essencial objetivo militar (destruição ou desarmamento do inimigo), *quanto* os objetivos políticos e condições ocultas que realmente provocam uma guerra verdadeira. De algum modo — e Clausewitz não apresenta nenhuma explicação de como isto acontece —, o comandante deve procurar conciliar esses dois objetivos, sempre que conflitarem. A terceira posição estabelece que, havendo tais conflitos, as considerações políticas merecem primazia. As exigências militares podem, às vezes, obscurecer esta verdade por um breve período, mas a guerra não pode ser entendida (nem atuar), exceto sob direção e controle político. A quarta posição desenvolve bastante esta linha de pensamento: o conflito entre o objetivo militar e o político é mais aparente do que real. Por trás de toda guerra, não importa seu grau de intensidade e destruição, existem condições políticas e decisões que se harmonizam com esta intensidade e destruição, e as *explicam*. Apesar das aparências, nenhuma guerra é mais ou menos dirigida politicamente do que a outra. (grifo no original).

Com o passar dos anos, Clausewitz “suavizou” a sua concepção de guerra a tal ponto que, no último momento, chega a afirmar que o objetivo militar se encontra tão sujeito ao objetivo político que não há contradição entre ambos (ainda que, como foi visto, os objetivos sejam distintos e, no transcorrer do conflito, possam influenciar um ao outro). Essa evolução se explica até mesmo pela vida do autor: com o tempo, o jovem e promissor oficial prussiano não logra o êxito pretendido na carreira militar e recolhe-se à meditação.

A fórmula vai aparecer apenas na revisão inacabada da última obra do autor. Então, de fato, no *conjunto dos escritos* do autor, a guerra absoluta — a guerra conforme a sua lógica interna, que visa a destruição do inimigo — tem maior destaque. Assim, para o leitor desavisado, a fórmula consistiria numa mera observação acidental, se for pressuposto que Clausewitz possuía, desde os seus primeiros escritos, um pensamento acabado, estático, incapaz de evoluir e passível somente de ser melhor redigido.

Portanto, é o conceito de guerra absoluta e não o de guerra real que mais chama a atenção do leitor. Se a fórmula for posta de lado, a derivação de guerra absoluta para guerra total ocorre de modo quase automático. Guerra absoluta é aquela cujo funcionamento das ações recíprocas conduz à escalada aos extremos e, conseqüentemente, à finalidade de redução do adversário à impotência. Ora, o meio mais seguro de eliminar a vontade de lutar do inimigo é a destruição da sua força militar. Entretanto, depois que a guerra deixou de ser combatida por um pequeno



exército de mercenários e se tornou uma questão nacional, todos os esforços laborais do Estado (a indústria, a agricultura — atividades tipicamente civis), não somente as forças armadas, passaram a sustentar a guerra. Então — e aqui se introduz a guerra total —, nas guerras modernas, para reduzir o adversário à impotência, faz-se necessária a própria destruição física do Estado, a aniquilação de todo o país. Vale a pena enfatizar: o raciocínio acima é quase um imperativo para aqueles que vivenciaram as duas guerras mundiais, se, e somente se, a fórmula for ignorada.

Na prática, essa indução ocorreu de forma mais melindrosa. O livro que introduz Clausewitz aos franceses foi o do Marechal F. Foch, *Principes de la guerre*, de 1903, fruto de conferências proferidas em 1900, e baseado em uma tradução imperfeita do *Tratado* (ARON, 1986b, p. 28).²⁴ Apesar dos seus êxitos em batalha e da sua brilhante carreira militar, o Marechal, como intelectual, não é um comentador muito fiel de Clausewitz. Raymond Aron (1986b, p. 31) chega a afirmar: “supondo que [Foch] seja um aluno de Clausewitz, é um mau aluno”.

Entre os vários equívocos que Aron aponta, Foch não distingue guerra absoluta de guerra real. Não há dois conceitos; existe apenas um, e este reflete uma concepção de guerra a todo transe: um país “não se confessará vencido senão quando não mais puder ou não mais desejar se bater, isto é, quando seu exército for moral e materialmente destruído”. Foch menospreza as considerações estratégicas na guerra e privilegia somente a tática, ao citar as famosas palavras de Joseph de Maistre: “uma batalha perdida é uma batalha que se crê ter perdido” (ARON, 1986b, p. 30 e 31). Desse modo, o conceito de guerra absoluta o levou em direção ao de guerra total, por causa da mobilização total dos recursos em vista de uma decisão radical.

A última afirmativa merece maior explicação. Uma noção importante para a estratégia que Clausewitz desenvolve é a de “centro de gravidade”. Trata-se da base de sustentação de um Estado: após a sua perda, o país estará derrotado. Todo Estado possui um centro de gravidade, e não é necessariamente o mesmo para todos. Pode ser o exército, o território ou a capital. O centro de gravidade, v.g., da Rússia, em

²⁴ Era uma tradução do coronel de Vatry. Aron fornece alguns exemplos da má tradução na nota VIII deste livro.



1812, era o exército; por isso, Napoleão perdeu mesmo após haver conquistado vastos territórios e até mesmo a capital.

Nos Estados agitados por dissensões internas, este centro de gravidade reside em geral na capital; nos pequenos Estados que dependem de maiores ele encontra-se em geral no exército dos seus Aliados; numa Confederação, ele está na unidade dos interesses; numa sublevação nacional, ele é formado pela pessoa do chefe principal e pela opinião pública — e é contra esses pontos que o golpe deve ser dirigido (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, IV, p. 854-855).

Então, se, após destruir o centro de gravidade, o adversário perde seu equilíbrio, é contra esse centro que se deve direcionar todos os esforços. Por isso, deve concentrar-se as forças num golpe decisivo contra esse centro.

No entanto, o princípio da concentração de forças pertence ao domínio da estratégia, não da tática: “*encontramo-nos na origem de uma diferença absolutamente essencial entre tática e estratégia*” (CLAUSEWITZ, 1996, III, XII, p. 223. Grifo no original).²⁵ A guerra não é uma sucessão de eventos desencadeados automaticamente com vistas a um único momento decisivo. A referência que Clausewitz faz a uma batalha principal não corresponde à ideia de uma batalha que decide toda a sorte de uma guerra. A batalha principal revela-se simplesmente aquela batalha cuja vitória, após uma série de eventos, foi a última antes de conceder a decisão de toda a guerra. “Consideramos uma grande batalha como a decisão capital de uma guerra ou campanha, mas não como a única possível. Foi em épocas recentes que se viu uma grande batalha decidir acerca de toda uma campanha; os casos em que ela decidiu acerca de toda uma guerra são muito raros” (CLAUSEWITZ, 1996, IV,

²⁵ Tática “é a arte de usar tropas para vencer uma batalha” (CLAUSEWITZ, 1996, II, II, p. 106). “Para a estratégia, a vitória, isto é, o sucesso tático, no princípio não passa de um meio, e os fatores que deveriam conduzir diretamente à paz constituem o seu objetivo final” (CLAUSEWITZ, 1996, II, II, p. 117). “(...) consiste em *ordenar e dirigir* esses recontros distintos, em seguida a coordená-los entre si com vista à guerra. A uma chamou-se *tática*, à outra *estratégia*”. E, adiante: “Segundo a nossa classificação, a tática é pois a *teoria relativa à utilização das forças armadas no recontro* [combate]. A estratégia é a *teoria relativa à utilização dos recontros a serviço da guerra*.” (CLAUSEWITZ, 1996, II, I, p. 93. Grifo no original). Clausewitz ainda salienta que o conceito de estratégia abarca todo e qualquer meio, toda e qualquer condição, que concorra para o seu objetivo final – que coincide com o da Política: “A utilização desses meios com vista ao seu objetivo é também acompanhada de condições que exercem maior ou menor influência” (CLAUSEWITZ, 1996, II, II, p. 117).



XII, p. 311). Clausewitz (1996, IV, IX, p. 297) cita Waterloo, na qual “Bonaparte consagrou as suas últimas forças pretendendo modificar o curso de uma luta em que nada mais havia a modificar”.

Foch, entretanto, no livro, leva em consideração apenas a tática. Assim, a releitura que o marechal faz do princípio da concentração de forças resulta na ideia de que toda a guerra não se decide por uma luta prolongada, mas num único momento, sob a forma de uma grande batalha. Como se pretende de um só golpe derrubar o adversário, a guerra jamais poderia ser limitada: ou o inimigo cai, ou permanece em condições de combater. O melhor julgamento é a decisão pelas armas.

Na Alemanha, se o próprio Foch não foi o responsável, Ludendorff o foi pela popularização do conceito de guerra total no livro *Der totale Krieg*:

Poderíamos resumir a concepção de Ludendorff nos seguintes termos: Clausewitz, observador e intérprete das guerras da Revolução e do Império, compreendeu corretamente a causa mais importante das transformações que a arte da guerra conheceu nesta época; a participação do povo transforma os costumes nos quais estavam entranhados os exércitos de profissionais, os jogos de xadrez dos diplomatas, os torneios de esgrima dos generais (ARON, 1986b, p. 56).

Ludendorff retoma a ideia de que a guerra total corresponde à atualização da guerra absoluta, à luz da guerra nacional. Impõe-se como objetivo uma vitória radical, decisiva. De novo, a principal meta não é uma estratégia de desgaste — a qual, por consistir numa sucessão de eventos que não se encontram interligados por uma relação de causa e efeito, poderia resultar numa guerra limitada —, mas uma estratégia de aniquilamento (ARON, 1986b, p. 57).

Ludendorff vai além. Clausewitz não elabora um conceito de política, limita-se a mostrar que a guerra constitui um de seus instrumentos. A questão que Ludendorff vai tentar responder se resume em procurar um conceito de Política ajustado a essa concepção de guerra a todo transe. Para tanto, ele parte dos objetivos e necessidades da guerra para depois chegar à Política. Ludendorff vai construir seu conceito de Política a partir de considerações sobre a guerra.



No auge da experiência de 1914-1918, faz apelo a um comando supremo encarregado não somente de coordenar a ação das diversas armas (de que servira a frota alemã de alto-mar?), mas também de utilizar simultaneamente os meios militares, diplomáticos, econômicos ou psicológicos, no interior e no exterior, em vista do objetivo final (ARON, 1986b, p. 57).

Toda a Política teria por fim atingir os objetivos da guerra. O problema é que a guerra, para Ludendorff é, como foi visto, uma guerra de destruição, sem a possibilidade de uma paz negociada. A Política que poderia derivar desse raciocínio só pode ser uma “política global”: “O conceito de ‘política global’ é logicamente deduzido das modalidades de guerra moderna com a participação do povo” (ARON, 1986b, p. 57).

Cabe observar que não se pode criar um conceito de Política à luz da guerra (e ressalte-se: de uma guerra de destruição) sem graves consequências. É preciso recordar que Clausewitz subordinava o comando militar da guerra aos civis. Ludendorff percorre o caminho inverso; de acordo com a frase que termina o primeiro capítulo de *Kriegführung und Politik*: “a política global deve ficar a serviço da guerra” (ARON, 1986b, p. 58).

Uma leitura de Clausewitz que enfatiza tão somente o conceito absoluto e menospreza a guerra real conduz a uma inversão da fórmula: “a política se torna a continuação da guerra por outros meios”. Cumpre salientar que este é o mesmo pensamento de um Friedrich Meinecke, de exaltação à violência desenfreada, que seria tão influente na Alemanha no início do século XX. Nesta, está subjacente a concepção de a violência constituir um modo legítimo e normal de resolução de conflitos; tão legítimo e tão normal que nem vale a pena fixar a atenção nele. Clausewitz inicia a revisão do *Tratado* porque percebe que nunca se deve “fazer a apologia da violência extrema uma coisa em si mesmo, com receio de que ‘os meios percam toda a relatividade dos fins’.” (LEONARD, 1988, p. 9). Não se trata de um julgamento moral, mas apenas uma conveniência dos meios aos fins, da guerra à Política. “Clausewitz desejava que a política prosseguisse em tempo de guerra, e não que a violência prosseguisse em tempo de paz” (ARON, 1986b, p. 165). O general prussiano sabia que o conflito em si não resolvia o problema da véspera com o inimigo e o do dia seguinte com o aliado. A “violência ou o emprego da força permanece sendo



um componente das relações interestatais, ela não constitui nem seu fim último, nem seu meio exclusivo” (ARON, 1986b, p. 129).

Devido ele (*sic*) ter se valido do termo “guerra absoluta” para indicar as campanhas napoleônicas, bem como em seu sentido filosófico de um “conflito de forças entregue a elas próprias e obedecendo a nenhuma outra exceto suas leis internas”, muitos dos seguidores de Clausewitz viram tudo sob um prisma sombrio e acabaram vítimas da deificação da violência. A expressão de Clausewitz deixava margem à ambiguidade mas não tinha o mesmo significado de “guerra total”, embora vulgarmente ambos os termos mais ou menos se confundam. Segundo Clausewitz a concepção de guerra absoluta derivava da própria natureza da guerra, a qual, por definição, é “um ato de violência destinado a compelir ao adversário a submeter-se a nossa vontade”. A crença de que a violência devia ser estendida ilimitadamente, ou seja, transformar-se em “guerra total”, nada mais é do que uma conclusão impecunada do princípio de Clausewitz (LEONARD, 1988, p. 8).

Cumprido salientar que a guerra total não corresponde à aplicação (pura e simples) do conceito de guerra absoluta de Clausewitz (sem considerar a fórmula). Nem poderia ser: a guerra absoluta é uma abstração, uma construção mental, que não existe na prática. Parece certo o fato de Clausewitz haver inspirado-se nas guerras napoleônicas, mas mesmo elas eram uma aproximação do conceito absoluto, não o próprio. Mesmo quando a política se torna grandiosa, e os seus fins coincidem com os objetivos militares — como ocorreu no caso de Napoleão —, a guerra absoluta não poderia existir na prática.

Em última análise, se os fins políticos não impedirem o surgimento do conceito absoluto, este não vai concretizar-se por causa da “fricção”: “a noção de fricção é a única que corresponde, de uma maneira bastante geral, àquilo que distingue a guerra real da que se pode ler nos livros.” Trata-se de um excessivo desgaste, “como [ocorre] na mecânica”, que se encontra espalhado ao acaso por toda a condução da guerra e, portanto, dá origem a fenômenos imprevisíveis (porque aleatórios).

Em teoria, é tudo muito bonito (...). Mas a realidade é bem diferente e, na guerra, a ausência de verdade e exagero com o qual as coisas se apresentam revela-se instantaneamente. O batalhão é sempre a agregação de um certo número de homens em que o mais insignificante é capaz, por pouco que o acaso intervenha, de provocar uma parada ou uma irregularidade (CLAUSEWITZ, 1996, I, VII, p. 84).



Isso ocorre porque a realidade é sempre mais complexa do que as previsões humanas. A informação revela-se imperfeita, e a Moral um fator imponderável. Mais do que isso: a própria racionalidade do homem é falha. A noção de fricção, pois, apresenta-se como uma decorrência direta do fato de a guerra pertencer ao domínio da liberdade humana, de constituir um dado da cultura. Por isso, “na guerra, tudo o que é fácil se torna difícil” (CLAUSEWITZ, 1996, I, VII, p. 85). É o acaso, a casualidade, não a causalidade, que rege os acontecimentos numa guerra.

Já “guerra total” é um conceito forjado para designar uma determinada realidade histórica: a Primeira Guerra Mundial. Como pode derivar do conceito absoluto de Clausewitz? A resposta é: não pode. Trata-se de uma leitura equivocada de Clausewitz. Naquele conflito, apesar de ter havido a escalada aos extremos, apesar de a Alemanha ter sido reduzida à impotência, não ocorreu a completa destruição física do país, nem das suas forças militares (até porque a Alemanha capitulou incondicionalmente). O exército alemão, o melhor do mundo, ainda existia, mas o país perdeu a guerra. Desse paradoxo saiu a lenda do “golpe pelas costas”. “O armistício, desejado pelo estado-maior alemão, salvara o exército da derrota; tratava-se de uma decisão, talvez clausewitziana, do primeiro doutrinário do alto estado-maior [Ludendorff] a renegar o ensinamento de Clausewitz.” (ARON, 1986b, p. 49).

Na guerra total, não há necessariamente a destruição das forças militares do adversário, mas a redução deste à impotência. Os fins políticos, neste caso, não coincidem com os fins militares, como ocorria nas guerras napoleônicas. Mais do que isso: os fins políticos encontram-se subordinados aos fins militares. Não há preocupação com a véspera, nem com o dia seguinte. A guerra se torna um evento completamente irracional, sem sentido; quiçá a manifestação de algum instinto ou impulso biológico. Trata-se da própria destruição da Política como domínio da liberdade humana para o alvorecer de outra arte cujo domínio seja o dos processos vitais.

Não é a intensidade do conflito que constitui o elemento diferenciador do conceito de guerra absoluta de Clausewitz para o de guerra total. Ambos os tipos de guerra correspondem a conflitos violentos ao extremo. O que os distingue é a ausência da Política, ou a subordinação desta a objetivos militares. Na história, houve ocasiões



em que o fim político coincidiu com os objetivos militares: o caso histórico que o próprio Clausewitz registra como exemplo foram as guerras napoleônicas. Nelas, a destruição do adversário, ou a sua redução à impotência, revela-se o próprio objetivo político. Todavia, o que não ocorreu foi a subordinação deste às metas *na* guerra.

É a Política que diferencia guerra total de guerra absoluta:

A política faz, pois, desse elemento todo-poderoso que é a guerra um simples instrumento; do terrível gládio da guerra, que se tem de erguer com as duas mãos e com todas as suas forças para desferir um golpe só, ela faz uma ligeira e manejável espada, por vezes um simples florete, utilizando alternativamente golpes, fintas e paradas (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, VI, p. 871).

Subordinar as considerações políticas aos objetivos militares implica descaracterizar a Política como arte racional — que se vale de meios violentos ou não — para atingir um determinado fim. A palavra-chave aqui é “racional”. Uma ação será racional não porque foi ditada pela “razão” como contrária às “paixões”, mas porque foi internamente coerente e coerente também com o seu fim específico. Quando o objetivo da ação de um Estado sobre o outro se torna tão somente a destruição, não há espaço para impor a vontade sobre o outro, não há lugar para o dia anterior, nem o dia seguinte. A destruição fica sem sentido, mostra-se irracional do ponto de vista de um cálculo de custo e benefício.²⁶

A guerra representa um mal que se inflige ao adversário para que depois este não resista à pretensão do Estado beligerante. Existem, portanto, dois momentos bem distintos: primeiro, a derrubada da força de resistência do inimigo e, depois, a imposição de uma vontade. Sem este último — vale a repetição —, a guerra perde o sentido: transforma-se em destruição irracional. Não há sedimentação de conquistas, nem manutenção das vitórias. A Política deixa de ser a “arte de conquistar e manter o poder”.

²⁶ Cumpre salientar que a Política pressupõe um intercâmbio (quer em condições igualitárias, quer em condições hierarquizadas) entre duas ou mais unidades. Para haver política, é preciso haver o “outro”. A violência é parte integrante desse intercâmbio até o limite de não destruir o próprio. Quando essa fronteira não é observada, deixa de existir Política.



4 O MAQUIAVEL EM CLAUSEWITZ

Pela importância que Clausewitz ocupa no estudo da guerra, o general prussiano é também conhecido como o “Il Maquiavel”. Aliás, o contexto histórico de ambos é muito parecido: tanto a era pré-Napoleônica como o século XV na região da Itália correspondiam a períodos de “incubação” de novas realidades.

Vários séculos antes houve uma era tranquila na Itália, quando as guerras entre cidades-estados mercantis (combatidas inteiramente por mercenários) eram quase totalmente isentas de derramamento de sangue. Maquiavel menciona, como exemplo, a batalha de Zagonara (1424), uma “derrota” célebre em toda a Itália, na qual só morreu Lodovico degli Obizzi, com dois de seus homens de armas, que, ao caírem dos cavalos, se asfixiaram na lama. Essa era terminou quando os franceses invadiram a Itália, em 1494, e deram pouca importância ao “sistema”, muito à maneira como procedeu Napoleão três séculos mais tarde (RAPOPORT, 1996, p. XXIX-XXX).

Maquiavel denunciou os mercenários como soldados pouco leais e criticou os métodos pouco eficazes da guerra italiana, apesar do valor individual do combatente italiano. Clausewitz, por sua vez, também percebe a superioridade da guerra de “cidadãos” sobre as guerras de então. Ademais, as regras sobre a condução das guerras resultam de um “acordo” entre os estadistas sobre o alcance e limite dos conflitos.²⁷ Tanto Maquiavel como Clausewitz denunciaram a baixa eficácia das convenções até então existentes, em face de um contendor que não hesitaria em rompê-las.

A semelhança entre os dois autores, no entanto, não se reduz a considerações circunstanciais. Embora Clausewitz não formule um conceito de Política, ao discorrer acerca da natureza da guerra, a concepção subjacente de Política no *Tratado* revela-se a “arte de conquistar e manter o poder”.

²⁷ Esses acordos refletem necessidades comuns aos adversários. É emblemático o fato de Frederico Guilherme ter, antes do desastre de Lena, recusado-se a ceder armas ao povo para auxiliar no conflito com receio de uma posterior revolução. Assim também na Grécia, até a Guerra do Peloponeso, a guerra possuía alguns limites informais, em razão da predominância social da classe dos hoplitas — os quais compunham a falange — em toda a Hélade. Na Guerra do Peloponeso, esses limites foram derrubados por Atenas, cuja estrutura democrática impedia a hegemonia hoplita na pólis (OBER, 1990, p. 21).



No item precedente, foi visto que são os objetivos políticos que diferenciam a concepção clausewitziana de guerra da guerra total. Sem a Política, a guerra torna-se destruição pura e simples. Isso não significa que não exista guerra total: a Grande Guerra foi bastante real. Apenas quer dizer que, sem a Política, a guerra se transformaria num ato irracional. Não que não possa haver guerras assim, apenas que elas não “devem” ser assim.

Esse elemento prescritivo na teoria de Clausewitz, em vez de ser implícito, é aceito pelo próprio autor: “Nenhuma guerra se inicia, ou pelo menos não *deveria* iniciar-se *se se agir prudentemente* [sic], sem que se tenha encontrado uma resposta para a pergunta: o que se procura alcançar pela guerra e nela? O primeiro é o objetivo, o outro o fim intermédio” (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, II, p. 829. Grifo nosso).

Como um autor que prescreve pode ser considerado herdeiro do pensamento do pai do realismo político? De fato, Maquiavel abre *O Príncipe* a partir de Estados que existem ou que já existiram, não de um Estado ideal (MAQUIAVEL, 1987b, p. 75). O florentino expulsa a Metafísica e a Moral das ciências sociais. Todavia, essa obra constitui uma coleção de recomendações para o soberano ser eficaz na arte da Política. É também notório o fato de que *O Príncipe* foi escrito para cair nas boas graças de Lourenço II de Médici. Termina a obra, inclusive, com uma exortação à unificação política.

Ainda assim, há uma diferença essencial entre, de um lado, as prescrições de um Maquiavel e de um Clausewitz e, de outro, as prescrições daqueles que um Edward Carr chama de “utopistas” (CARR, 1981, p. 23). Estas últimas fundam-se nas coisas como deveriam ser, a partir de uma natureza humana ideal. Ao passo que aquelas já assumem a faceta potencialmente destrutiva do ser humano e apenas recomendam como aprimorar esse comportamento para obter o máximo de eficácia, mas sem questionar o valor moral desse comportamento. Trata-se apenas de uma conveniência dos meios aos fins — uma receita de bolo —, não de perquirir qual a ação “correta”.

Note-se a diferença. Toda a *República* de Platão começa como uma investigação acerca da justiça. A construção da cidade revela-se uma decorrência lógica desta. Trata-se de um ponto de partida bastante distinto daquele de Maquiavel:



o florentino principia por Estados reais. Essa distinção é bem ilustrada no argumento de Sócrates que mereceu a última interpelação de Trasímaco. Discutia-se para quem a justiça traz vantagem, se para o súdito ou para o rei, e Sócrates afirma: “não há chefe em nenhuma posição de comando, enquanto chefe, que investigue e determine o que é de vantagem para si mesmo, porém para o seu subordinado, em benefício de quem ele exerce sua arte” (PLATÃO, 1976, p. 64) No argumento, o chefe mostra-se uma pessoa desprendida, altruísta, porque agir dessa forma corresponde à “verdadeira” arte de comandar.

Trasímaco responde o que Maquiavel diria: é uma ingenuidade supor que aquele que detém o poder não o usaria em proveito próprio.²⁸ Entretanto, esse tipo de questão não é sequer uma preocupação em *O Príncipe*. Maquiavel (1987b, p. 106) já parte do pressuposto de que os homens utilizam o poder em benefício próprio (“quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está condenado a penar, entre tantos os que são bons”) e passa a recomendar como fazê-lo do modo mais eficaz.

Atente-se para uma das citações mais conhecidas de Maquiavel (1987b, p. 93): “as injúrias devem ser cometidas todas ao mesmo tempo, de modo que, sendo sentidas por menos tempo, ofendam menos. As vantagens, por sua vez, devem ser concedidas gradualmente, de forma que sejam melhor apreciadas.”²⁹ Nesta, não se discute se as injúrias devem ou não ser cometidas; Maquiavel apenas “prescreve” como, de que forma, elas devem ser feitas, a fim de que o governante seja mais eficaz em conquistar e manter o poder. Se a prescrição dos moralistas for denominada de “juízo de valor”, esta poderia ser chamada de “juízo de prudência”.

²⁸ “Por imaginares que os pastores ou os vaqueiros se preocupam com o bem das ovelhas ou dos bois, e deles cuidam e engordam com objetivo diferente do bem de seus senhores e deles próprios. Da mesma forma, com respeito aos dirigentes das cidades — refiro-me aos verdadeiros dirigentes — és de parecer que pensam de seus súditos diferentemente do que pensa de suas ovelhas o pastor, e que noite e dia se ocupam de outra coisa que não seja a vantagem própria. E tão extraviado te encontra da verdadeira meta nessa questão do justo e da justiça, ou do injusto e da injustiça, que ignoras quão estranho bem, de fato, é a justiça e o justo, a saber: a vantagem do mais forte e do governante, o que redundará em detrimento inevitável dos que obedecem e trabalham” (PLATÃO, 1976, p. 65).

²⁹ Cumpre salientar que Maquiavel (1987b, p. 111) não afirma que o príncipe deve ser mau; em verdade, deve aparentar ser bom, mas não hesitar em fazer maldades, quando esta for exigida pela prudência: “é bom ser misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso — como é bom parecê-lo; mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos, em caso de necessidade.” O príncipe deve ser o tipo de pessoa prudente e fria o bastante para praticar a bondade e a maldade quando for conveniente.



O tipo de prescrição que Clausewitz realiza corresponde a essa última. A guerra pode, de fato, não perseguir nenhum objetivo político. Entretanto, se o fizer, será destruição insensata, sem sentido. Da mesma forma, o soberano que não seguir as orientações, perderá o poder. Ambas as assertivas traduzem a ideia de conveniência dos meios em relação aos fins propostos: se a Política é a “arte de conquistar e manter o poder”, o príncipe deve agir de determinada maneira; se os Estados desejam aumentar seu poder, devem estar preparados para recorrer à guerra. É desse modo que a guerra é a “continuação da política por outros meios”.

Clausewitz, assim como Maquiavel, parte dos fatos, não de uma realidade ideal.

Ele dá impressão de exaltar a batalha, a batalha sangrenta, a grandeza destes afrontamentos e o culto do chefe supremo, mestre de suas emoções e clarividente em meio à tempestade. (...) [Entretanto,] quem analisa um plano de guerra ofensivo a fim de abater um inimigo o mais rápido possível, nem por isto recomenda atacar o vizinho, não mais do que Aristóteles, analisando os meios de manter a tirania, recomenda o uso desta última (ARON, 1986b, p. 13).

O general prussiano não condena nem aprova a guerra; ele simplesmente a toma como um dado. Aceita, de forma implícita, a normalidade da resolução de conflitos pelo derramamento de sangue, mas esta constatação não é mais, nem menos, imoral do que a lei da gravidade.

Nesse sentido, a prática de Bismarck revela-se bastante clausewitziana. O velho *Junker* criou a Alemanha, um Estado forte, mas assegurou o equilíbrio de poder: o novo poder não pareceu inconciliável para a Grã-Bretanha ou para a Rússia czarista. Ademais, a falta de moderação na batalha não o impedia de ser moderado com os inimigos da véspera:

(...) Bismarck não pensa em humilhar gratuitamente os franceses, uma vez alcançada a vitória e atingidos os fins políticos, unicamente pelo prazer de proporcionar aos militares satisfações de amor-próprio e as cerimônias romanas de triunfo. O rei-imperador decidira, uma vez mais, a favor de Bismarck; o desfile das tropas alemãs em Paris fora reduzido ao mínimo (ARON, 1986b, p. 24).



Bismarck, de fato, julgava a guerra um meio normal para se atingir as metas da Política. “Nem mais, nem menos cínico do que seus adversários ou seus parceiros, simplesmente mais hábil do que eles.” Desse modo, Bismarck representa também o modelo do príncipe maquiavélico: conseguiu conquistar e manter poder para a Prússia.

Ora mais brutal quando a política o instava a terminar o mais rápido possível um conflito suscetível de se prolongar, ora mais moderado a fim de reservar as chances de reconciliação com a Áustria ou de impedir uma humilhação inútil do vencido. Conservador, enquanto homem de Estado, confessa sem rodeios em suas *Mémoires* que não teria hesitado, em caso de necessidade, em favorecer uma revolução húngara em 1866 ou em amparar os revolucionários italianos em 1870 (ARON, 1986b, p. 25).

Também para Maquiavel a guerra integra a Política. O príncipe precisa sempre se ocupar da guerra: “deve, então, o príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem exercer nenhuma outra atividade, a não ser a guerra, suas leis e disciplinas, porque essa é a única arte que se espera de quem governa”. Mesmo em tempos de paz, deve encontrar-se preparado para o conflito. “Não deve, portanto, jamais deixar de pensar no exercício da guerra e na paz deve exercitá-la mais ainda que na guerra” (MAQUIAVEL, 1996, p. 94 e 95). Isso não significa subordinar a Política a objetivos militares (guerra total), apenas corresponde ao adágio latino *se vis pacem para bellum*.³⁰ A guerra representa um dos instrumentos da Política — não constitui nem mesmo a última *ratio* —, e o príncipe deve encontrar-se preparado para valer-se dela quando necessário.

Mesmo em Maquiavel, a guerra constitui um instrumento da Política, e o cálculo de custo e benefício pode ser extraído da sua obra.

O objetivo do Estado que vai à guerra por escolha ou ambição é adquirir e conservar suas conquistas, de modo que elas o enriqueçam, e não sirvam de causa de desgaste para si próprio ou para o país conquistado. É

³⁰ O príncipe deve estar preparado para a guerra de dois modos: pela ação — o treino do exército e exercícios regulares — e pela mente — o conhecimento do terreno, o estudo das fraquezas dos potenciais adversários (MAQUIAVEL, 1996, p. 95). Cumpre salientar que mesmo hoje potências hegemônicas ou com pretensões à hegemonia jamais permitem o ócio tomar conta de suas forças armadas.



indispensável, portanto, que durante a conquista e a posse não haja gastos inúteis, senão que tudo vá de encontro ao bem comum (MAQUIAVEL, 1979, p. 217).

O genial florentino não poderia, por motivos óbvios, prever o conceito de “guerra total”; contudo, parece saber muito bem que os objetivos militares não *devem* extrapolar a Política. Em *A Arte da Guerra*, Maquiavel (1987a, p. 19) separa a vida civil da vida militar e conclui que nenhum homem reto poderia levar a última — por causa da violência, da fraude e da rapacidade que ela exige. Em épocas de paz, portanto, é preciso evitar que os guerreiros “se façam aventureiros e saqueiem sem piedade”. Por essa razão, faz-se necessário subordinar o militar ao chefe de Estado.

Todo Estado bem ordenado deseja que a arte da guerra seja, em tempos de paz, empregada apenas como exercício; e que, havendo hostilidades, seja usada para atender à necessidade, pela sua glória, **ficando os poderes públicos dela incumbidos como exclusividade**, como em Roma. O cidadão que a usa para qualquer outro fim não age retamente; e qualquer Estado que adote outro sistema não estará bem organizado (MAQUIAVEL, 1987a, p. 20. Grifo nosso).

De fato, ao se aceitar a definição maquiavélica de Política, a guerra se torna um dos meios — quiçá o principal — de conquistar e manter o poder. Assim, mesmo em tempos de paz, os Estados agem como se observassem um plano de estratégia, ou de uma “grande estratégia”. Observa Paul Kennedy que o conceito de estratégia — por ter sido cunhado exclusivamente para objetivos técnico-militares — não abarca toda uma gama de considerações de ordem política. Por isso, alguns escritores militares sugeriram o emprego da expressão “grande estratégia”: “aquela que integra as políticas e as armas de uma nação de tal forma que torna o recurso à guerra ou desnecessário, ou otimizado para a máxima probabilidade de sucesso” (KENNEDY, 1991, p. 2).³¹ Desse modo, segundo Liddel Hart (*apud* KENNEDY, 1991, p. 2), essa arte deve relacionar meios e fins, e excede, portanto, a mera supervisão de batalhas:

³¹ “(...) *that which so integrates the policies and armaments of the nation that the resort to war is either rendered unnecessary or is undertaken with the maximum chance of victory*”.



A Grande Estratégia deve calcular e desenvolver os recursos econômicos e a força laboral das nações para sustentar os custos de um conflito. Também os recursos morais — para garantir a força de vontade do povo — é tão importante como possuir formas mais concretas de poder. A Grande Estratégia deve também regular a distribuição de poder entre os diversos setores de serviços, e entre estes e a indústria. Ademais, o **poder de combate é apenas um dos instrumentos da grande estratégia** — a qual deve contar também com o poder da pressão financeira, da pressão diplomática, da pressão comercial, bem como da pressão moral, para enfraquecer a vontade do oponente (...). Ela não deve combinar tão-somente os vários instrumentos, mas regular seu uso para prevenir abalos ao seu futuro estado de paz — para sua segurança e prosperidade.³² (grifo no original).

O conceito de grande estratégia serve apenas para demonstrar que todos os esforços do Estado, inclusive a força militar, são direcionados para conquistar e manter o poder. Poderia objetar-se que a conquista e/ou manutenção do poder em virtude de uma guerra seria contrário ao Direito e à Moral. Sim, infelizmente o é. Numa sociedade internacional em que os Estados se apresentam como as instâncias máximas e independentes entre si, o fato deles serem pautados por uma semelhante concepção de Política resulta necessariamente em conflito: mais poder para um implica menos poder para outro. E os problemas também são resolvidos por meio do emprego da violência. A guerra constitui uma das manifestações da política externa.

Aron define as relações internacionais a partir de duas figuras: o diplomata e o soldado.

O diplomata e o soldado **vivem e simbolizam** as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz. Como cada Estado tende a reservar para si o monopólio da violência, no curso da história, todos os Estados, reconhecendo-se reciprocamente, reconheceram a legitimidade das guerras que faziam entre si (ARON, 1986a, p. 52. Grifo no original).

³² “Grand Strategy should both calculate and develop the economic resources and manpower of nations in order to sustain fighting services. Also the moral resources — for to foster the peoples’ willing spirit is often as important as to possess the more concrete forms of power. Grand Strategy, too, should regulate the distribution of power between the several services, and between the services and industry. Moreover, fighting power is but one of the instruments of grand strategy — which should take account of and apply the power of financial pressure, of diplomatic pressure, of commercial pressure, and, not least of ethical pressure, to weaken the opponent’s will (...). It should not only combine the various instruments, but so regulate their use as to avoid damage to the future state of peace — for its security and prosperity.”



Trata-se de um “sonho idealista” conceber que as relações entre os Estados sejam promovidas somente por meios pacíficos. Mesmo nestes, a ameaça, o potencial recurso às armas, encontra-se presente. “Desde que se permita essa influência do objetivo político sobre a guerra, tal como se deve fazer, não existem mais limites, e pode-se descer até uma forma de guerra que consiste numa *simples ameaça contra o inimigo*, e na *negociação*” (CLAUSEWITZ, 1996, VIII, IV, p. 869. Grifo no original). Ou melhor, a violência na sociedade internacional *deve* encontrar-se sempre presente, a fim de que seja observado aquilo que foi denominado anteriormente de “juízo de prudência”.

Uma diplomacia que pretende agir sem contar com um exército efetivo, que dispõe de forças armadas incapazes de executar as missões exigidas pelos objetivos postulados: estes dois pecados contra a racionalidade tanto podem ser explicados pela psicologia dos governantes e dos povos, quanto por erros intelectuais específicos (ARON, 1986a, p. 92).

Uma definição de Política como a “arte de conquistar e manter o poder” implica a presença constante do risco da guerra, mesmo em tempos de paz. A guerra não significa, pois, uma anormalidade no intercâmbio entre os Estados.

A razão recomenda, ao contrário, que pensemos na paz a despeito do fragor dos combates e que não esqueçamos a guerra quando as armas silenciarem. O intercâmbio entre as nações é contínuo; a diplomacia e a guerra não passam de modalidades complementares desse diálogo. Ora domina uma, ora a outra, sem que nenhuma jamais se retire inteiramente (ARON, 1986a, p. 91).

Aliás, o próprio Clausewitz (1996, I, I, p. 19) não acredita na suspensão das atividades numa guerra. O princípio da polaridade — ou a escalada aos extremos segundo a lógica das ações recíprocas — obriga cada contendor a responder a uma agressão com intensidade igual ou maior. A pausa em uma guerra, portanto, corresponde a um “*desejo de esperar por um momento mais propício para a ação*” (grifo no original). Assim,

[visto] de perto e sob este ângulo, a suspensão do ato de guerra está em contradição com a sua própria natureza, pois os dois exércitos, como dois



elementos incompatíveis, devem devorar-se mutuamente, sem descanso, do mesmo modo que a água e o fogo nunca se equilibram, mas atuam um sobre o outro até o completo desaparecimento de um deles (CLAUSEWITZ, 1996, III, XVI, p. 240).

Todavia, foi afirmado que, mesmo durante a paz, o recurso às armas permanece uma lembrança sempre presente. Se isso for aceito, não existem verdadeiros períodos de paz, apenas meros armistícios, ou interregnos entre duas guerras; o momento de estabilidade seria a guerra. Como explicar, então, a existência daqueles instantes em que os Estados não se encontram engajados em atividades bélicas — os quais são comumente chamados de “paz”?

A resposta dessa indagação traduz-se no fato de que a paz corresponde ao equilíbrio entre estratégias defensivas e ofensivas. Conservar o poder é tarefa mais fácil do que conquistar.

Essa afirmação merece análise. Clausewitz (1996, VI, I, p. 466) assevera que o objetivo da defesa é conservar, e conservar “é mais fácil do que adquirir; de onde se segue imediatamente que, supondo que os meios são iguais dos dois lados, a defesa é mais fácil que o ataque”. O tempo corre a favor do defensor. Em tática, a defesa é superior porque o defensor conta com a expectativa da batalha e o conhecimento do terreno. Em estratégia, a defesa é também superior porque tanto a campanha como o teatro da guerra ocorrem em lugar familiar ao defensor, onde ele pode restaurar e concentrar as suas forças. A defesa, portanto, envolve três noções: repelir (conceito), esperar (característica) e preservar (objetivo) (CLAUSEWITZ, 1996, VI, I, p. 466-467 e VI, IV, p. 482).

Mas como a defensiva tem um objeto negativo, o de *conservar*, e a ofensiva um objeto positivo, o de *conquistar*, e como este último aumenta os nossos próprios recursos de guerra, enquanto a conservação não o faz, devemos dizer, para nos exprimirmos com precisão, que *a forma defensiva de guerra é em si mesma mais forte do que a ofensiva*. Tal é a conclusão que procurávamos, porque, se bem que seja absolutamente natural e tenha sido confirmada milhares de vezes pela experiência, continua a ser inteiramente contrária à opinião reinante — prova do modo com os escritores superficiais confundem as ideias (CLAUSEWITZ, 1996, VI, I, p. 467. Grifo no original).



Clausewitz (1996, VI, I, p. 468) explica que é por essa razão que Estados mais fracos podem, por vezes, repelir outros mais fortes. Foi assim que Frederico, o Grande, pôde vencer a Guerra dos Sete Anos contra a Áustria. Embora não existam guerras exclusivamente defensivas ou ofensivas, o objetivo político das primeiras perfaz-se com a mera resistência; já o das últimas pressupõe tanto a destruição da vontade de resistir como a imposição da própria pretensão.³³

Dessa feita, visto que a defesa se revela mais forte, mas possui um objetivo negativo, e o ataque se apresenta mais fraco, mas tem um objetivo positivo, pode haver um equilíbrio entre Estados com metas negativas e outros Estados com metas positivas. Um Estado pode evitar de atacar o outro porque, apesar de ser mais forte em termos absolutos, não o é a ponto de superar a defesa. Assim, a paz resume-se naqueles períodos de tempo em que os Estados mais fortes não encontraram o momento apropriado para uma aventura militar. Portanto, conformam-se em valer de estratégias de desgaste, por meio de pressões diplomáticas e/ou comerciais.³⁴

A paz na sociedade internacional existe sim, mas é definida em função da guerra. Contudo, com o progresso da humanidade, essa equação não poderia ser invertida? É possível que a civilização algum dia torne a guerra obsoleta?

Enquanto a definição de Política de Maquiavel permanecer válida, a resposta para essa pergunta permanece sendo negativa. Foi visto que Clausewitz não acredita em moderação na guerra: a civilização aumenta o papel desempenhado pela inteligência na guerra, mas não reduz o conflito em si.

(...) a violência do combate não é necessariamente temperada pela cultura do povo porque ela permanece sendo uma função do tamanho dos interesses envolvidos. Ele [Clausewitz] explica até mesmo por considerações pragmáticas, não pelo progresso moral, o desaparecimento de algumas práticas como a execução de prisioneiros e a devastação da terra (ARON, 1985, p. 196).³⁵

³³ *“Politically, the one who wants to keep what he has is on the defensive; the one who wants to take what the other possesses stages the offensive”* (ARON, 1985, p. 169).

³⁴ Cumpre salientar que é essa lógica defesa-forte-negativa e ataque-fraco-positivo que permite um sistema de equilíbrio de poder (ARON, 1985, p. 223).

³⁵ *“(...) the violence of the combats is not necessarily tempered by the culture of the people because it remains a function of the size of the interests involved. He even explains by pragmatical calculation, and not because of moral progress, the disappearance of some practices such as the killing of prisoners and the devastation of land.”*



A guerra não resulta tão somente de alguma paixão ou de algum instinto bestial, ela é mais do que isso: é fruto da vontade de modificar a repartição de poder no mundo. Não é a Biologia ou a Psicologia que podem explicar a guerra, mas a Política.

O conflito entre os homens depende, na realidade, de dois elementos diferentes: o *sentimento de hostilidades* e a *intenção hostil*. Destes dois elementos escolhemos o último para imprimir à nossa definição a sua marca distintiva, pois ele é o mais geral. O sentimento de ódio mais apaixonado, mais selvagem e quase instintivo é inconcebível isento de intenções hostis nas quais não está envolvida nenhuma animosidade, ou pelo menos nenhum sentimento predominante de animosidade. Entre os selvagens prevalecem as intenções inspiradas pela sensibilidade; entre os povos civilizados prevalecem as que são ditadas pela inteligência (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 9. Grifo no original).

Cumpre salientar que, também para Maquiavel (1979, p. 225), a inclinação hostil é razão para a guerra.³⁶ A semelhança entre os autores não é simples coincidência. Ademais, o fato de algumas práticas brutais serem postas de lado, se algumas convenções de Direito Humanitário parecem ser respeitadas, não é prova de maior civilidade:

Quando se veem povos civilizados recusar-se, quer a conduzir os prisioneiros à morte, quer a saquear cidades e campos, é porque a inteligência tem um lugar muito mais importante na sua forma de conduzir a guerra, e que ela lhes ensinou a utilizar a força de um modo mais eficaz do que através da manifestação brutal do instinto. A invenção da pólvora e os incessantes progressos no desenvolvimento das armas de fogo demonstram, por si, que, de fato, a tendência para destruir o inimigo, inerente ao conceito de guerra, não foi de modo nenhum entravada ou reprimida pelo progresso da civilização (CLAUSEWITZ, 1996, I, I, p. 9-10).

Em outras palavras: a civilização faz da guerra um instrumento ainda mais eficaz, em vez de torná-la obsoleta. Enquanto a Política permanecer como a “arte de conquistar e manter o poder”, o conflito continua a existir. Se, por vezes, a violência parece menor, na verdade, ela só está melhor direcionada: para reduzir um Estado à impossibilidade de resistência, pode economizar-se em destruição desnecessária.

³⁶ Na verdade, são dois os motivos que conduzem à guerra, para Maquiavel: a inclinação hostil e o acaso. O acaso poderia ser definido hoje como “dilema de segurança”.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da fórmula clausewitziana, percebe-se que a guerra não constitui uma função estranha à natureza humana — nem mesmo à natureza humana mais polida dos povos civilizados —, como apregoam as formas mais extremadas de pacifismo. Tampouco, a guerra consiste na “verdadeira” arte do Estado, a qual deve inclusive substituir a Política, como assevera uma concepção mais vulgarizada de Clausewitz. A guerra corresponde a uma forma violenta de resolução de conflitos e, enquanto modo de solucionar problemas, encontra-se subordinada à Política. De fato, a guerra é a “continuação da política por outros meios”, e essa afirmação apresenta dois sentidos: primeiro, a arte da Política não desaparece com a guerra e, segundo, a guerra constitui um dos instrumentos (ao lado de outros, como, v.g., a diplomacia e o comércio) para implementar objetivos políticos.

Afirmar isso não implica mascarar ou menosprezar a violência inerente em toda a guerra. Muito pelo contrário, ela se distingue da diplomacia precisamente por causa da destruição. Afirmar a fórmula não implica atenuar a violência da guerra, mas implica a revelação da violência *na própria Política*. Se Maquiavel estiver correto, a Política não é uma simples atividade inerme de gerência do Estado que um tecnocrata especializado em Administração Pública poderia executar. Trata-se de uma arte fria, pautada pela prudência, na qual o soberano declara uma guerra da mesma forma como poderia celebrar um banquete.

Num extremo, a fórmula clausewitziana põe a nu a violência inerente à Política; no outro, revela as limitações da própria guerra, que, enquanto instrumento, não ultrapassa os objetivos da sua senhora. É a extensão da decisão política — “gloriosa” ou modesta — que irá condicionar a condução da guerra. Portanto, se a própria Política encontrar limitações, o mesmo ocorrerá com a guerra.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Clausewitz. Philosopher of War*. Tradução de Christine Booker e Norman Stone. London: Prentice-Hall, 1985.



ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. 2. ed. Tradução Sérgio Barthes. Brasília: EdUNB, 1986a. (Coleção Pensamento Político, 7).

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília: EdUNB, 1986b. 2 v. (Coleção Pensamento Político, 71 e 72).

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: EdUNB, 1981. (Coleção Pensamento Político, 24).

CHALIAND, Gérard. Prefácio. In: CLAUSEWITZ, Carl von. **A Campanha de 1812 na Rússia**. Trad. Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, Carl von. **A Campanha de 1812 na Rússia**. Tradução de Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes e Brasília: EdUNB, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Principles of War**. Translated by Hans W. Gatske. California: *The Military Service Publishing Company*, 1942.

GALLIE, W.B. **Os filósofos da paz e da guerra: Kant, Clausewitz, Marx, Engels e Tolstoi**. Tradução de Silvia Rangel. Brasília: EdUNB; Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOLL, James. **Europe since 1870**. 4. ed. London: Penguin, 1990.

KENNEDY, Paul. *Grand Strategy in War and Peace: toward a broader definition*. In: KENNEDY, Paul (ed.). **Grand Strategies in War and Peace**. New Haven and London: Yale University Press, 1991.

LEONARD, Roger Ashley (seleção e introdução). **Clausewitz: trechos de sua obra**. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: EdUNB, 1979. (Coleção Pensamento Político, 3).

MAQUIAVEL, Nicolau. A Arte da Guerra. In: **A Arte da Guerra e Outros Ensaios**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: EdUNB, 1987a. (Coleção Pensamento Político, 22).

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. In: **A Arte da Guerra e Outros Ensaios**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: EdUNB, 1987b. (Coleção Pensamento Político, 22).



MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (com notas de Napoleão Bonaparte). Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

NYE JR., Joseph. **Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history**. 2. ed. New York: Harvard University, 1997.

OBER, Josiah. *Classical Greek Times*. In: HOWARD, Michael; ANDREOPOULOS, George; SHULMAN, Mark (ed.). **The Laws of War: constraints on warfare in the Western world**. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Globo, 1976.

RAPOPORT, Anatol. **Lutas, Jogos e Debates**. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: EdUNB, 1980. (Coleção Pensamento Político, 21).

RAPOPORT, Anatol. Prefácio. In: CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes e Brasília: EdUNB, 1996.

ROTHENBERG, Gunther. *The age of Napoleon*. In: HOWARD, Michael; ANDREOPOULOS, George; SHULMAN, Mark (ed.). **The Laws of War: constraints on warfare in the Western world**. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

